



Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 85ª Reunião Extraordinária – Ano 2020
26 de novembro de 2020

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de novembro do ano de 2020 (dois mil e vinte), às 14 (quatorze) horas, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES reuniu-se de forma on-line através da plataforma digital: <https://us02web.zoom.us/j/81644382235?pwd=MXFpaDFKMkIweWN3T3pyekZFR2JxQT09>, para a 85ª (octogésima quinta) Reunião Extraordinária no período de 14 às 18 horas, sob a Presidência da Conselheira Milene Weck Terra e secretariada pelo Secretário Executivo Alexandre de Oliveira Fraga, com a presença dos (as) conselheiros (as): Paulo Roberto Alves Guimarães (SESA), José Tadeu Marino (SESA), Vera Lúcia Peruch (SESA), Luiz Carlos Reblin (SESA), Fabiano Ribeiro dos Santos (SESA), Marília Coser Mansour (Ministério da Saúde), Ricardo Ewald (FEHOFES), Darcy Viqueti Fassarela (FEHOFES), Maurício Aquino Paganotti (SIMES), Maria Maruza Carlesso (SINFES), Isabela Recla Segatto (SINFES), Willian Fontes (SINDPSI-ES), Tatiana Peixoto Carvalho Tibúrcio (SINDIENFERMEIROS), Eliana Baptista (SINODONTO), Rita de Cássia Olímpio Martins (SINDSAÚDE), Geiza Pinheiro Quaresma (SINDSAÚDE), Luiz Tupinambá Bittencourt da Silva (SINDIPÚBLICOS), Magna Nery Manoeli (SINDIPÚBLICOS), Elci Lobão Medeiro (CUT), Milene da Silva Weck (SINDIUPES), Mansour Cadais Filho (SINDINAPI/ES), Denice Silva Gonçalves (MOSAVE), Ida Cecília Baioco (MOSAVE), Gilson Mesquita de Faria (GRUPAES), Alexandro Martins Costa (Força Sindical), Elizabeth Regina Lopes (Mitra) e Ligia Pereira. Justificaram a ausência: Nésio Fernandes de Medeiros Junior (SESA), Bartolomeu Martins Lima (Ministério da Saúde), Beatriz Zandonade Jarske (FEHOFES), Idalgizo José Monequi (FEHOFES), Karina Daleprani Espíndula (COSEMS/ES) e Sheila Mara Rodrigues Godinho (MITRA) O Secretário Executivo fez a verificação de quórum regimental e a presidenta Milene da Silva Weck Terra deu início a seção como o primeiro ponto de pauta: 1 – Apresentação da Fundação Inova Capixaba pelo Dr Neio Lúcio Fraga Pereira, presidente da fundação. A Fundação Estadual de Inovação em Saúde – Inova Capixaba – é uma fundação pública de personalidade jurídica de direito privado, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, conforme a Lei Complementar nº 924 de 17(dezessete) de outubro de 2019(dois mil e dezenove). Que tem o papel de aperfeiçoar a gestão hospitalar, atuando nos problemas da saúde pública, na redução de custos, regulamentação de compras e cumprimento de metas de desempenho. Arrojada e inovadora, a INOVA Capixaba desenvolve um modelo focado na prestação de serviços que sejam ágeis e resolutivos, solucionando problemas estruturais da saúde pública no Espírito Santo. Tem como Finalidade e Competência, I-Prestar serviços gratuitos de atenção integral à saúde, em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais; II-Apoiar, recrutar ou capacitar o pessoal de saúde dos órgãos e entidades públicas e privadas que integrem e participem do SUS; III-Prestar serviços na área de desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade no âmbito do SUS; IV-Cooperar com órgãos e entidades públicas e privadas na execução de ações e serviços públicos de saúde, em acordo aos critérios da regionalização e das referências assistenciais; V-Prestar serviços nas áreas de engenharia clínica, de reforma e manutenção predial, ampliação e construção de unidades de saúde, de apoio diagnóstico e terapêutico, de telemedicina, de classificação de risco, de assistência farmacêutica, de serviços de logística vinculada a serviços de saúde, de medicina legal e verificação de óbitos, dentre outros na área da saúde; VI-Desenvolver atividades de pesquisa e inovação em saúde, servindo como campo de prática; e VII-prestar serviços de apoio à execução de planos de ensino e pesquisa de instituições de ensino técnico e superior



públicas ou privadas de interesse do SUS. Nossa visão é Ser reconhecida como um modelo inovador de administração pública na prestação de serviços em saúde. Nossa Missão é prestar serviços de atenção, formação, pesquisa e inovação em saúde, por meio de gestão orientada por resultados. Nossos valores são, Gestão por resultados; Compromisso com a inovação e criatividade; boas práticas de governança corporativa; Satisfação do usuário; Pesquisa e educação na saúde; Orientação por processos; Transparência e Filantropia. Nosso Gestão Inovadora atuará na área de Infraestrutura com a criação de um setor de engenharia: construção, manutenção, reformas; engenharia clínica; Modernização da hotelaria; e ampliar TIC e parque tecnológico. Na Gestão de Pessoas, atuaremos na Qualificação da contratação de pessoal; Contrato de trabalho celetista vinculado ao prazo do contrato de gestão; e Remuneração variável por resultados. Nosso processo de trabalho será pautado na padronização e automatização dos fluxos e uso intensivo de T.I.C. Na Gestão do conhecimento nos pautaremos na estruturação de Residências médica e integrada em saúde; Pesquisa Científica; Hospital de Ensino; Avaliação de Tecnologias em Saúde; Parcerias com organizações públicas e privadas para desenvolvimento C.T.& I. Na Gestão Clínica, implantaremos o Núcleo Interno de Regulação; o Escritório de Alta e a Medicina Hospitalar. A Gestão Inovadora de Custos se pautará na implantação do CEBAS, na Gestão sem papel; Criação de um Regimento de próprio de compras; Realização de Compras centralizadas em escala e na Implantação da Logística integrada de distribuição. E na Gestão por Resultados implantaremos os contratos por metas de resultado; remuneração variável por resultado e o sistema de acreditação hospitalar. O cenário nacional no setor saúde tem apresentado como condicionantes o baixo financiamento do SUS – Sistema Único de Saúde, piora com a EC 95(noventa e cinco) do teto de gastos, a crise econômica gerando desemprego, com piora das condições de vida, empresas e famílias saindo dos planos de saúde, uma crise sanitária demonstrando resposta insuficiente para o enfrentamento da pandemia e desarticulação entre as instâncias do SUS - Sistema Único de Saúde e ainda a sobrecarga do sistema acrescida pela pandemia e a atenção ao contingente populacional que deixa os planos de saúde privados. Quanto ao cenário dos hospitais da Rede Estadual observamos que atuam Sem foco em resultados, Baixa utilização de novas tecnologias, elevado número vínculos temporários, setores subutilizados (SADT, Centro Cirúrgico), gastos elevados com judicialização, baixo controle de custos, Infraestrutura deteriorada, Baixa remuneração do médico, Baixo giro de leitos, alta rotatividade de pessoal, compras pouco racionalizadas, ferramentas de gestão ineficientes, envelhecimento da força de trabalho e tempo de internação elevado. A judicialização custou aos cofres públicos R\$ 198(cento e noventa e oito) milhões em 2018(dois mil e dezoito), a partir de 2019(dois mil e dezenove) o governo começa a enfrentar esta situação, ainda com custo elevado. Estruturou melhor a rede, conseguindo atender parcialmente as demandas judicializadas. Segundo ainda a Gerência de Recursos Humanos - GRH da Secretaria Estadual de Saúde - SESA, 30% dos servidores efetivos da saúde poderão se aposentar nos próximos 5(cinco) anos. A Fundação pode contribuir na área hospitalar sob sua gestão, em estruturas ambulatoriais, e outros serviços que atendam a maior parte destes encaminhamentos. Ao adquirir o CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – Saúde, teremos os seguintes benefícios e isenções, 20% da Previdência Social dos empregados, autônomos e prestadores de serviços; 1%, 2% ou 3% destinadas ao financiamento de aposentadorias especiais e de benefícios; 15% da Previdência Social no valor bruto dos serviços de cooperativas de trabalho; CSLL; COFINS; PIS/Pasep. A Fundação INOVA estará assumindo a GESTÃO DE UNIDADES DE SAÚDE: Hospital Estadual Antônio Bezerra de Faria, Hospital Estadual Central, Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória, Hospital Estadual de Vila Velha, Hospital Estadual Atenção Clínica, Hospital Estadual Dório Silva, Hospital Geral



de Linhares, e os serviços de Acolhimento com Classificação de Risco, além dos seguintes serviços secundários, Central Estadual de Regulação, Apoio institucional Serviço de Verificação de Óbitos, Apoio Institucional ao Instituto Médico Legal e Apoio Institucional Regulação de Leitos e Transplante de Órgãos. Trabalharemos buscando eficiência na gestão pois, para um hospital médio com 400 leitos, reduzir o tempo de permanência em um dia pode ser equivalente a adicionar 65 novos leitos. Está comprovado que internações mais longas colocam os pacientes em risco maior. Por fim, registro que os resultados assistenciais obtidos durante a gestão da iNOVA Capixaba no HABF – Hospital Antônio Bezerra de Farias provocaram uma considerável redução do tempo de permanência, o aumento no número de leitos, mais cirurgias realizadas e a diminuição do cancelamento de cirurgias. Dando início aos debates, o conselheiro Luiz Tupinambá sugere que sejam feitas as perguntas para não haver perda no tempo de fala dos conselheiros. Milene esclarece que as perguntas deverão ser feitas dentro do tempo de fala dos conselheiros, e que os esclarecimentos caso o que foi exposto não tenha ficado bem entendido ou respondido o conselheiro poderá se manifestar. Milene pede aos conselheiros que fiquem atentos ao tempo máximo de 5(cinco) minutos para uso da palavra. Luiz Tupinambá reforça que vem solicitando em reunião da Mesa Diretora a redução dos pontos de pauta, e que novamente a reunião está com 5(cinco) pontos para discussão. O conselheiro Tadeu Marino, por questão de ordem, diz que o tema precisava de um tempo maior para o debate, que deveria retirar algum ponto de pauta para que façam um amplo debate considerando a importância do tema, sem desconsiderar os outros assuntos da pauta. Milena diz que não há necessidade de retirada de ponto de pauta, apenas seguir o regimento, abrir as inscrições as pessoas fazem suas falas e após as perguntas e respostas havendo dúvida abre-se a oportunidade para esclarecimentos. Luiz diz que mais uma vez abre exceção no regimento para reinscrição e Milena diz que não, e que já estão perdendo tempo. O conselheiro Gilson Mesquita, por questão de ordem, fala que estão há 10(dez) minutos em desfavor aos usuários e que o convidado está aguardando, diz que se necessário ele poderá ser convidado a retornar para prestar maiores esclarecimentos quando assim o colegiado achar necessário. A conselheira Denice inicia os questionamentos e esclarece que irá centrar no Hospital Antônio Bezerra de Farias, que é o único de porta aberta em Vila Velha, e que será sobre segurança biológica, serviço de saúde mental e judicialização e controle social. A conselheira relata que na apresentação foi dito sobre busca de Acreditação para o hospital, porém a infraestrutura não oferece qualquer condição para a garantia de segurança biológica para os trabalhadores e muito menos para pacientes do hospital, relata que há duas semanas esteve acompanhando um paciente que iria fazer cirurgia no dedo, só lá faz cirurgia de mão, contraiu infecção e foi encaminhado para Jerônimo Monteiro e morreu. Pergunta: Como espera alcançar a Acreditação quando assumir o Bezerra de Farias com a infraestrutura atual? Sobre o serviço de saúde mental, concorda que este serviço deve existir fora do Hospital da Polícia Militar. Da judicialização, como espera diminuir a judicialização se a Atenção Primária base não funciona? E sobre controle social, relata já que participou de algumas reuniões do conselho gestor e que não são ouvidos, aguardam a participação do diretor para ouvir as queixas e como não acontece acabam indo embora. Finaliza que há muito a ser feito considerando o projeto piloto que é o Bezerra de Farias, que acreditam na fundação e espera que todos os pontos sejam esclarecidos. A conselheira Tatiana pergunta como ficará a situação dos trabalhadores efetivos dentro dessa fundação, se ficará na fundação como cessão ou doação do governo ou se não está previsto isto? Como será a forma de contratação, processo seletivo ou concurso? Sobre atendimento vertical, como ficará a escala de plantão noturno e como ficará a situação dos trabalhadores efetivos do plantão? Da gestão hospitalar, como será a escolha do cargo comissionado para a gestão? Da transferência do patrimônio do Estado



para a fundação acabando o convênio como ficará este patrimônio cedido para a fundação? O conselheiro Gilson lembra que houve questionamento do Sindsaúde e a OAB sobre o repasse financeiro de 78(setenta e oito) milhões para a Inova. Reforça que o conselho gestor é inoperante por falta de atenção por parte da direção do hospital. Pergunta: Quanto já foi gasto? Qual a média de salário? Quantos estão dentro da gestão administrativa? Se paga diárias, aluguéis para os trabalhadores de fora? Média dos salários da diretoria? Como se da abordagem de transição do Hospital Central, se é de autonomia da fundação ou o secretário de saúde delega que a fundação faça essa abordagem de transição? Acrescenta, como está previsto que a Inova assuma vários hospitais como o Dório Silva, os servidores não aceitarem os critérios da Inova, serão removidos para outros hospitais e que esta é uma preocupação dos servidores. Deseja saber como estão os processos de compras, licitação ou pregão eletrônico? Sobre a prestação de contas ao conselho, será trimestral ou quadrimestral, o que a Inova pensa sobre isso? Pra evitar este tipo de convite. O projeto piloto do Bezerra de Farias "já levou" 78(setenta e oito) milhões, prevê para 2021(dois mil e vinte e um), caso assuma 6(seis) ou 7(sete) hospitais qual será o montante repassado em espécie para doações da forma que está prevista na legislação? Dos indicadores, diz que pouca coisa mudou na sua percepção com relação a permanência no hospital e que vivenciou no Jayme o paciente fica internado aguardando resultado de exame interno. A presidenta passa a palavra ao Dr Neio que inicia o primeiro bloco de respostas dizendo que não irá comentar sobre paciente que não conhece. Informa que em 2020(dois mil e vinte) está caindo o custeio da Sesa – Secretaria de Estado da Saúde - com judicialização. Relata casos em que hospitais que tinham em seu contrato de gestão a tarefa de realizar determinado procedimento e simplesmente não faziam, e a Sesa - Secretaria de Estado da Saúde – saia pagando duas, três vezes mais a tabela da Unimed. E que foi resolvido com a exigência do cumprimento do contrato por todos os procedimentos que estavam contratualizados e segundo, passaram a atender muitos pacientes no próprio hospital, o Bezerra passou a fazer muitas cirurgias de demandas pelo setor de judicialização, com isso diminui o custo em quase 200(duzentos) milhões que se gastou em 2018(dois mil e dezoito) com judicialização. Como? Melhorando a estrutura própria e fazendo com que aqueles que são contratualizados cumpram o seu contrato. Fala sobre o legado que deixam de leitos de UTI – Unidade de Terapia Intensiva que antes compravam muitos leitos e pela enormidade de leitos de UTI - Unidade de Terapia Intensiva construídos em hospitais próprios e que o Secretário de Saúde foi pressionado a construir hospital de campanha que não resolve nada, preferiram investir em hospitais da rede e em contratualizados. Ressalta que no atendimento do Covid-19 o maior hospital em leito de UTI - Unidade de Terapia Intensiva no Brasil obviamente o Hospital das Clínicas em São Paulo e o segundo foi do Espírito Santo, o hospital Jayme Santos Neves, investimento em hospital próprio quase 300(trezentos) leitos de UTI - Unidade de Terapia Intensiva é com isso que diminui a judicialização. Sobre o conselho gestor, quando era diretor participou de algumas reuniões e sempre teve a porta aberta para atender demandas do servidor e da comunidade, no momento não está acompanhando a tratativa por estar em outra tarefa a de estruturar a fundação. A Tatiana fez perguntas importantes, como fica o efetivo? O estado tem uma decisão judicial de suspender os contratos dos DT (designação temporária) e a fundação tem que cumprir isso. Uma das razões da vinda da fundação para o estado é de contratar através do estado, porque a fundação é pública com direito privado, é um braço do estado, é o mesmo que dizer da EBSERH que dirige o Hospital das Clínicas não é pública, ela é uma empresa pública de direito privado para ter mais facilidade na resolução dos problemas. Os trabalhadores efetivos do estado, alguns ficarão no hospital e outros irão tapar o lugar de onde tem DT (designação temporária) por ter uma decisão judicial a cumprir. Sobre a contratação, estão com



processo simplificado pela urgência de alguns hospitais, mas tem um grupo elaborando termo de referência para concurso público que é a forma efetiva de se trabalhar na fundação pode-se usar o processo seletivo numa situação de urgência. Sobre a escala horizontal e vertical, não vai acabar com a escala vertical, 12x36, parte do plantão irá trabalhar em escala horizontal ver todo dia a evolução do paciente porque o cuidado fica melhor trazendo qualidade na atenção, irá manter os plantões noturnos e finais de semana inclusive na escala horizontal. Sobre os cargos de gestão, todos os cargos de gestão da Inova as pessoas tem que ter qualificação está na lei da criação da Inova, no Bezerra só 3(três) cargos não vai exigir nível superior talvez na área da saúde e talvez na área da administração, mas todos tem que ter formação na área. A Inova irá criar um banco de currículos de profissionais que podem ser aproveitados no cargo de gestão. Sobre patrimônio está bem claro na legislação acessível no site inovacapixaba.es.gov.br e no caso de dissolução o patrimônio do estado será devolvido, conforme descrito na legislação. Sobre equipamentos e insumos que foram comprados nos últimos tempos no Bezerra é patrimônio público, investimento do estado para continuar dando um atendimento adequado que o povo merece. Acrescenta ainda que o principal hospital porta de entrada de parte do sul do estado é o Bezerra. Sobre a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, há muitos interesses. O STF - Superior Tribunal Federal foi unanime na decisão que ocorreu há 3(três) semanas reconhecendo a legalidade das fundações públicas de direito privado, são mais de 70(setenta) no Brasil. Da transição, foi nomeado uma comissão de transição pelo secretário de estado que está fazendo acompanhamento, levantamento de todo patrimônio, todo almoxarifado, uma comissão mista de trabalhadores da Inova e de trabalhadores da Sesa - Secretaria de Estado da Saúde estão fazendo a transição, da mesma forma uma comissão de transição da Inova, de Santa Catarina e da Subsecretaria de Regulação do Estado, estão fazendo várias reuniões para ver a estrutura com o serviço de engenharia do hospital. A prestação de contas da fundação é feita para ela tem um conselho fiscal que fazem parte a secretaria da fazenda, a Delurdes, presidente do conselho fiscal e coordenadora do fundo estadual de saúde, e tem representação do controle social do conselho fiscal da fundação, e além disso presta contas a Assembleia Legislativa e o Conselho Estadual de Saúde. Sobre os 75(senta e cinco) milhões, até agora só receberam 4(quatro) milhões, este recurso vai ser repassado para a instalação da fundação, nos próximos quatro, cinco meses este recurso vai ser usado para garantir o funcionamento do Bezerra, custeio e pessoal, aí terão uma média de gastos do Bezerra fazendo uma comparação sob o regime da fundação e sob o regime da administração direta, quando então passarão a receber via contrato. Serão feitas muitas reformas, relata que levou 9(nove) meses para conseguir trocar a fiação e colocar ar condicionado em todo hospital, os computadores começaram a serem instalados em março deste ano, não tinha quase computadores no hospital e hoje é tudo no prontuário eletrônico. Isto mostra a morosidade que ainda temos hoje na administração direta cai muito na administração fundacional. Atualmente a fundação possui 26(vinte e seis) servidores, no site da fundação pode acompanhar mês a mês o balancete. O conselheiro Mansour relata uma dúvida não só dele como também dos municípios, confunde-se muito a Fundação Inova com o Icepi, pela carência de capacitação dos municípios, e foi observado que no organograma da Inova e a metodologia aplicada não estão vendo a atuação dos conselhos gestores das unidades de saúde pondo em dúvida e desarticula o controle social na participação no espaço. A conselheira Eliana deseja saber uma vez que não foi citado na apresentação, se a categoria odontologia hospitalar está incluída nas equipes hospitalares, visto que é uma especialidade regulamentada pelo CFO – Conselho Federal de Odontologia e que existe legislação que prevê sua obrigatoriedade em hospitais de grande porte além de ser indispensável na recuperação do paciente. A conselheira Magna relata que ao longo



desses anos o governo deixou sucatear o serviço e agora entrega nas mãos da fundação, que há 25(vinte e cinco) anos lutavam pela reforma das unidades de saúde. Quais os funcionários que estão sendo subutilizados e qual a função desses funcionários efetivos? Qual é o protocolo/procedimento que irão utilizar para fazer o redimensionamento desses servidores? O que ficou acordado com a Sesa – Secretaria de Estado da Saúde ao fazer a transferência desses servidores? Pois estão recebendo informações que os servidores estão sendo convidados a deixarem o hospital, qual o critério? Os cargos comissionados vão substituir os servidores efetivos? Porque é sabido que no estado os cargos comissionados em sua maioria não são oferecidos aos servidores. Qual o custo que a fundação vai gerar para o estado na totalidade de todos os hospitais e por que o valor do salário do DT (designação temporária) da fundação ficou abaixo do valor do salário da Sesa – Secretaria de Estado da Saúde? Ressalta que o trabalho do HPM – Hospital da Polícia Militar foi muito importante para toda a população capixaba e não só para os militares, com um trabalho de excelência da psiquiatria. Os hospitais vão continuar com suas referências ou o HEAC – Hospital Estadual de Atenção Clínica irá assumir a saúde mental do estado? Dr. Neio fala que o Icepi – Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde é uma subsecretaria da Sesa – Secretaria de Estado da Saúde voltada para melhorar a formação e ampliar a atenção primária. E que dentro da fundação haverá uma gerência de ensino e pesquisa para formação dos trabalhadores do SUS – Sistema Unico de Saúde. Esclarece que há uma política do estado no fortalecimento dos conselhos gestores, mas que algumas situações deverão passar pela ouvidoria. Está sendo montado um serviço de atendimento ao usuário dentro da ouvidoria e a ideia é de colocar em todos os hospitais da fundação. Sobre a odontologia hospitalar, tem familiaridade e pretende inserir no projeto para implementação do serviço, que eleva a qualidade do atendimento e diminui o risco de infecção em pacientes entubados. Esclarece ainda que a subutilização que falou na apresentação foi da estrutura hospitalar e não de servidor, citou o centro cirúrgico e laboratório como exemplos. Irão contratar pessoal qualificado para o redimensionamento dos servidores que irá avaliar qual a necessidade de equipe em cada hospital, sobre os salários, a fundação fez um estudo sobre a média salarial do estado (filantrópicos, privados e público) e está disponível no processo seletivo os valores que irão trabalhar. Sobre a saúde mental, receberam uma demanda do núcleo que estuda saúde mental da segurança pública que trabalha com a polícia militar, polícia civil, guarda municipal e corpo de bombeiros, querem montar um serviço que tem estudos científicos de como deve fazer o enfrentamento do sofrimento mental desses trabalhadores de área crítica, a fundação irá contribuir na medida das possibilidades. As referências que existem irão continuar, quem determina é a regulação da Sesa – Secretaria de Estado da Saúde. Pretendem montar estrutura fora do hospital para prestar serviços de oftalmologia (consultas e exames), em referência um projeto que ainda não está estruturado contar com serviço de fisioterapia, terapia ocupacional, que irão apresentar ao conselho. A conselheira Geiza fala que o Sindsaúde solicitou a presença do secretário de saúde para prestar esclarecimentos no que diz respeito aos servidores estatutários por haver divergências entre o que preconiza a Lei 46 quanto a localização do servidor, ressalta que não houve documento formalizando a cessão de servidores a fundação e manifestação de transferência. Milena se desculpa pelo fato de ter deixado passar a importância da presença do secretário de saúde. Maruza informa que seus questionamentos dizem respeito ao controle social. Fez levantamento das atas desde 2019(dois mil e dezenove) sobre algumas representações tiradas no conselho e aprovadas pelo Pleno. Na ata 202(duzentos e dois) de quinze de agosto de dois mil e dezenove, Maria Maruza como representante do CES – Conselho Estadual de Saúde na Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos no Projeto Estadual de Bolsa de Estudo e



Pesquisa e Extensão Tecnológica do SUS – Sistema Único de Saúde; na ata 201(duzentos e um) onde foi apresentado do processo plurianual, fala apenas de ação de adequação do espaço físico dos hospitais Antônio Bezerra de Farias, Infantil Nossa Senhora da Glória, Estadual de Vila Velha e Geral de Linhares, não cita em nenhum momento a Inova. Informa ainda que na reunião extraordinária 76(setenta e seis) e 78 (setenta e oito) foram feitos vários questionamentos da Inova com a presença do secretário de saúde. Na 207, foi eleito um conselho fiscal representado por Rute e Paulo, para fazer parte da fundação, gostaria de retorno dessas representações. A 204(duzentos e quatro) é outra que fala do conselho gestor com representante do CES – Conselho Estadual de Saúde. Gilson, questão de ordem, considerando que o Luiz Carlos Reblin está como secretário interino talvez possa responder aos questionamentos da conselheira Geiza. Luiz pede esclarecimento a Geiza se esta pauta contempla a solicitação do Sindsaúde a Mesa Diretora? Milene esclarece que no ofício não estava claro a solicitação da presença do secretário de saúde e nem os pontos a serem discutidos. Geiza responde que não contempla. Paulo, por questão de ordem, solicita a inversão da pauta, considerando a importância dos encaminhamentos a serem feitos com relação a Conferência Estadual. Propõe que tema como a fundação deve ser pauta única, o conselheiro Tadeu Marino concorda e diz que foi exatamente o que propôs no início da reunião. Aberto a votação e por unanimidade a inversão foi aprovada. Após a resposta do Dr Neio, o próximo tema de pauta será o item 5 da pauta. Vera esclarece para Maria Maruza que no plano estadual de saúde foi amplamente discutido no ano passado e na diretriz 3(três), no objetivo 2(dois) e meta 2(dois) dizem respeito a Inova. Dr. Neio esclarece que os questionamentos feitos pela Maria Maruza cabem a Sesa – Secretaria de Estado da Saúde responder. Reitera que A fundação é pública que seu conselho curador é composto por 4(quatro) secretários de estado, que é uma fundação pública criada por lei, que é uma forma do estado fazer gestão e que não é privatização. Convida todos a acessarem o site, ler e conhecer a fundação. Conselheiro José Tadeu Marino ressalta que o papel do conselho é fiscalizar e comparar/ avaliar o resultado do serviço prestado pela fundação, pois a proposta do governo atual é a qualidade do serviço prestado. Com a inversão da pauta, o item 2 - Composição da Comissão Organizadora da 10ª Conferência Estadual de Saúde Milena abre o debate sobre a composição da comissão organizadora da 10(décima) Conferência Estadual de Saúde. O conselheiro Paulo Alves sugere que com base em conferências anteriores seja feito o regimento interno da comissão. Mansour e Milena discordam do Paulo e entendem que primeiro é necessário definir a comissão, o conselheiro Mansour propõe que seja feito um documento orientador aos municípios. A conselheira Denice ressalta que a maioria dos conselheiros tem experiência em conferência e sendo assim é possível agilizar o processo. A conselheira Maria Maruza sugere que a Mesa Diretora juntamente com o Secretário Executivo, Alexandre Fraga façam minuta do regimento e que seja para apresentado ao pleno para deliberação, acrescenta ainda que o documento proposto pelo conselheiro Mansour não sobrepõe ao regimento. O conselheiro Paulo Alves sugere que no lugar da Moção de Repúdio seja feito oficializado a Sesa -Secretaria de Estado da Saúde a respeito da mudança na presidência do Conselho Estadual de Saúde e esclarece que o governador e o secretário de saúde não confeccionam os convites para as reuniões. O conselheiro Gilson não aprova a sugestão do conselheiro Paulo. Luiz Carlos Reblin esclarece que o teor da reunião foi para o governador reforçar que as medidas de segurança e prevenção contra o coronavírus sejam acatadas. Encaminhamentos: Foi aprovado por unanimidade que a Mesa Diretora apresentará uma proposta de Regimento para a Conferência na próxima reunião do CES – Conselho Estadual de Saúde e que neste esteja contemplado o formato da Comissão Organizadora a ser eleita pelo Pleno. A presente ata foi lavrada e segue



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

assinada pelo secretário executivo do CES - Conselho Estadual de Saúde, Alexandre de Oliveira Fraga, e pela presidenta, Milena da Silva Weck Terra.

Alexandre de Oliveira Fraga
Secretário Executivo
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Milene Weck Terra
Presidenta
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 06/01/2021 12:40:55 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por GLAUCIA MARY CANDIDO (TELEFONISTA - DT - SESA - CES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-VHL2XX>